

DESAFIOS DA ARTE CONTEMPORÂNEA BRASILEIRA NO CONTEXTO DE ASCENSÃO DA EXTREMA DIREITA

Angela de Moraes Silva¹

Resumo

O presente trabalho procura apresentar o contexto e desafios da arte contemporânea no Brasil frente ao acentuado crescimento do conservadorismo e consolidação da nova direita política no país. A primeira etapa do artigo tem a intenção de analisar o conservadorismo no Brasil, a partir de suas origens, trajetórias e desdobramentos. A segunda parte do artigo analisa a arte contemporânea no Brasil e sua relação com a liberdade de expressão e censura. Na terceira e última parte, faremos uma análise geral de censura e repressão às artes na produção artística contemporânea, tais como fechamentos de exposições e boicotes à artistas e suas produções.

Palavras-chave: pensamento político brasileiro, conservadorismo, artes visuais, censura

Abstract

The present work aims to present the context and challenges for the contemporary art in Brazil in front of the accentuated growth of conservatism and consolidation of the new political right in the country. The first stage of the article intends to analyze the conservatism in Brazil, from its origins, trajectories and unfoldings. The second part of the article analyzes contemporary art in Brazil and its relationship with freedom of expression and censorship. In the third and final part we will make a general analysis of censorship and repression of the arts in contemporary artistic production, such as closures of exhibitions and boycotts of artists and their productions.

Keywords: Brazilian political thought, conservatism, visual arts, censorship

1. INTRODUÇÃO

Este artigo procura apresentar o contexto e desafios da arte contemporânea no Brasil frente ao acentuado crescimento do conservadorismo e consolidação da nova direita no país, especialmente após o período de processo de impeachment da presidente Dilma Rousseff,

¹ Assessora na galeria Marcelo Guarnieri (São Paulo); especialista em História da Arte (2019) e Direção de Arte (2016) pelo Centro Universitário Belas Artes de São Paulo; e graduada em Fotografia (2015) pela mesma instituição. E-mail: angedemoraes@gmail.com

iniciado em 2 de dezembro de 2015, resultando na cassação de seu mandato em 31 de agosto de 2016 e também das eleições de 2018 (JINKINGS, 2016, 12).

A primeira etapa do artigo tem a intenção de analisar o conservadorismo no Brasil a partir de suas origens, trajetórias e desdobramentos. Também serão apresentados os recortes desse grupo, apontando algumas questões relacionadas à moral cristã, formação das elites brasileiras e o uso massivo das mídias sociais para circulação de suas ideias e, conseqüentemente, os casos de fake news. Para isso, utilizo a pesquisa de autores das áreas das ciências sociais, políticas e história como Lilia Shwarcz, Jessé de Souza, Felipe Araújo Castro, Bernardo Mosqueira, André Singer, entre outros.

A segunda parte do artigo irá analisar a arte no Brasil, bem como temas de liberdade de expressão e censura. Também buscaremos entender as razões pelas quais a arte parece ameaçar, por que e a quem ela ameaça, além de retomar algumas questões sobre repressão às artes durante a ditadura militar, pós-golpe de 1964. Para isso, utilizo a pesquisa de autores como Vladimir Safatle, artistas e críticos de arte como Luisa Duarte, Gaudêncio Fidélis, entre outros.

Na terceira e última parte faremos uma análise geral de censura e repressão às artes na produção artística contemporânea no Brasil, tendo como objeto de pesquisa dois acontecimentos que tiveram grande divulgação midiática, tais como o fechamento da exposição “Queermuseu – Cartografias da Diferença na Arte Brasileira” no Santander Cultural (Porto Alegre), em setembro de 2017 e o boicote à performance *La Bête*, de Wagner Schwartz, no MAM-SP (Museu de Arte Moderna de São Paulo), também em setembro de 2017. Analisaremos a repercussão dentro da classe artística e entre censores, bem como as respostas das instituições culturais à tais censuras.

O artigo não tem a intenção de analisar criticamente os artistas, suas obras e trajetórias, mas sim compreender os rumos da arte no país. A partir da consolidação da direita na política brasileira, tentaremos entender quais são os novos desafios aos agentes culturais, dentre eles artistas, curadores, críticos, mediadores, instituições públicas, privadas e o público.

2. Conservadorismo brasileiro: origens, trajetórias e atualidades

Antes de iniciarmos nossas considerações sobre a série de pensamentos dos autores estudados, decidimos por iniciar o artigo a partir de uma tentativa de assimilar o pensamento conservador e seus princípios. A maneira pela qual o pensamento conservador assume suas singularidades vai de encontro ao seu interesse central que tem como forte intenção a busca pela repetição de um modelo de ação política ou governamental que obteve êxito no passado e que,

portanto, poderia funcionar como modelos a serem reaplicados, atualmente, mesmo que em novos contextos vividos pela nossa sociedade.

De acordo com Felipe Araújo Castro (2018), em seu artigo "Precisamos falar sobre o (neo)conservadorismo no Brasil", para compreender melhor o fenômeno é necessário recuar, atentar-se a questões do passado a fim de compreender a origem do pensamento conservador.

O conservadorismo é uma espécie de primo pobre, menos afamado, das duas principais correntes ideológicas herdeiras do iluminismo: o liberalismo e o socialismo; diferencia-se das duas por se opor ao que elas têm em comum: a crença no progresso. Naturalmente, as duas correntes ideológicas têm pressupostos e propósitos muito distintos. (ARAÚJO, 2018)

Felipe Araújo Castro acrescenta alguns pontos de interesse do conservadorismo, entre eles, a valorização pela organização social do passado, grande fixação a moral religiosa, críticas à centralização do Estado e ao individualismo moderno. O pensamento conservador tem uma grande admiração às hierarquias sociais e uma repulsa ao igualitarismo.

Não é habitual ver grupos de conservadores unidos em torno de um propósito compartilhado ou que assegure benefícios às minorias. O que os une e os faz agir é muito mais o inimigo em comum, as ameaças postas contra a ordem estabelecida, a perda de sua margem de atuação e de seus privilégios.

No programa *Quem somos nós, nova direita*², Vladimir Safatle, filósofo, professor da USP e representante da nova esquerda, aponta o neoconservadorismo sendo motivado especialmente, pelo descontentamento brutal, desencanto à forma de vida atual e falta de horizonte. Isso pode ser entendido a partir das manifestações realizadas em todo o globo, desde 2008, como nos Estados Unidos, França, Chile, Espanha, Brasil, Turquia, Israel, entre outros, especialmente por motivos ligados à crise econômica, contra aumento de impostos, reforma da previdência, controle de armas, direitos das mulheres, entre muitos outros.

Sobre direita e esquerda, Safatle (idem) destaca o conflito muito forte sobre ideal de vida, a forma como a nossa sociedade é desenvolvida e sobre o que entendemos a partir das normas fundamentais que regem a sociedade, existindo um embate antagônico entre esses dois ideais.

Safatle (idem) define a esquerda a partir de dois princípios fundamentais: igualdade radical, ou seja, nossas sociedades não podem naturalizar qualquer tipo de desigualdade, devendo existir um processo mais igualitário de distribuição de renda; e soberania popular, em

² O *Quem Somos Nós?* é um programa lançado em 2013, na Casa do Saber de São Paulo, em parceria com a Rádio Eldorado FM. Os vídeos são publicados na web, no canal do programa, do Youtube.

que o povo deve estar cada vez mais próximo do processo de decisão. A esquerda, para ele, busca por uma vida social pautada por uma visão radical de igualdade, sendo que todo poder do Estado faz-se em nome da soberania popular, uma vez que o que funda a democracia é o poder popular sendo presente.

A direita acredita em meritocracia, sem reconhecer que existe uma acentuada diferença à sociedade brasileira, ao que cabe no âmbito do acesso, imbuída de privilégios, preconceitos e desigualdades. A direita apresenta, hoje, um discurso cujo afeto político central é o medo. Um exemplo é o presidente dos Estados Unidos Donald Trump, ao censurar a imigração, usando termos-chave como “nós estamos sendo atacados, invadidos”, elemento decisivo em sua campanha eleitoral.

Ainda para Safatle é irresponsável identificar-se conservador no “novo mundo”, especialmente no Brasil, que não teve a experiência de atravessar uma revolução, verdadeiramente, popular e nunca apresentou uma mudança entre regimes e modelos políticos que rompessem, de fato, com o caráter colonialista, patriarcal, elitista e escravocrata.

2.1. Processo colonial

A colonização, implantada pelos europeus para atender à produção de riqueza voltada ao mercado externo, distancia-se daquilo que houve no continente dos próprios colonizadores, quando entendemos que existiu de fato uma interrupção entre o antigo regime por meio dos ideais burgueses, como na Revolução Francesa, por exemplo. No Brasil, não houve uma ruptura entre as antigas formas de organização social para que, assim, pudesse surgir outra estrutura social, política e econômica. O que houve, de fato, foi uma reorganização social baseada no poder, induzida pelo Estado brasileiro, na maioria das vezes.

Assim, podemos dizer que o que houve no Brasil não foi uma revolução, mas sim transformações sociais, políticas e econômicas em prol da elite econômica e daqueles que detinham o poder, sendo o Estado, sujeito principal responsável pelas grandes reformas do país, com interesse único e exclusivo de nutrir seus próprios ideais e privilegiar a elite.

As diretrizes das reformas estavam sempre atreladas àqueles que detinham o poder político ou que possuíam grande parte da produção econômica (SCHWARCZ, 2015, p. 330). No caso econômico, podemos observar que determinados grupos realizavam as suas atividades políticas tendo em vista a manutenção e aumento da produção da riqueza que produziam, formando autoridades locais de influência de poder. Deste modo, aqueles que tinham grandes fazendas também detinham grande influência política. Quando procuramos entender de que

forma a política se articula no Brasil, encontramos uma dependência das classes mais baixas frente às grandes instituições políticas e econômicas.

A partir do fim do século XIX, o Brasil passa por transformações fundamentais, ainda que graduais (SOUZA, 2017, p. 82). Começou com a Lei Eusébio de Queirós em 1850, seguida pela Lei do Ventre Livre em 1871, a Lei dos Sexagenários em 1885 e “finalizada” pela Lei Áurea em 1888. A abolição formal da escravidão instaura um mercado formal competitivo de trabalho com base no contrato, resultando em uma importante mudança, ainda que muito defasado com relação à direitos do trabalhador. Mesmo com as mudanças na estrutura social, não ocorreu o surgimento de uma classe consumidora capaz de impulsionar o mercado interno. O país torna-se refém do mercado externo, apesar de toda a produção de riquezas e abundância de matéria prima.

2.2. Formação das elites

O processo de formação das elites pode ser compreendido a partir da análise do histórico colonizador. A estrutura social brasileira foi moldada pelos interesses dos portugueses, que tomavam riquezas, abusavam dos povos nativos e escravizavam os negros. Assim,

Para criticar o Brasil de hoje e compreender o que está em jogo na política e na manipulação da política como forma de dominação econômica e simbólica, é necessário reconstruir uma totalidade alternativa que desconstrua o culturalismo racista conservador e reconstrua a sociedade brasileira em um sentido novo e crítico. (SOUZA, 2017, p. 26)

Observa-se a seguinte estrutura social no Brasil, pós-escravidão: no topo da pirâmide estavam as antigas famílias cafeicultoras proprietárias rurais, onde não havia espaço para competição por poder – este apenas se preservava e se reproduzia da mesma forma com o passar das gerações.

Como os demais interesses, a escravidão não acabaria apenas por questões humanitárias. O que, realmente, estava em jogo era o interesse da elite, neste caso em específico, os grandes senhores de terra, que viram na abolição uma grande oportunidade de se livrar de todas as obrigações que tinham com os ex-escravos antes explorados. A mão de obra estrangeira que chegava ao país, apesar de assalariada, era mais produtiva por já estarem por dentro das condições capitalistas.

A figura do imigrante nasce como uma nova chama de esperança para o progresso da nação. A especialização do estrangeiro torna cada vez mais gritante as questões de preconceito com os negros, eliminando qualquer chance de concorrência que ainda pudesse existir. O

trabalho prestado, primeiramente assalariado, agora apresenta aos grandes produtores um custo organizacional muito menor e otimizado. Esta nova cultura se dissemina rapidamente, fazendo com que, tanto no campo quanto na cidade, as oportunidades cada vez mais se restrinjam aos mais inteirados e dispostos a seguir o modelo capitalista. A alta procura em contrapartida com a baixa oferta de empregos acaba por segregar ainda mais os negros que até então, não haviam sido preparados para uma ordem social competitiva (SOUZA, 2017, p. 46).

Abaixo deste segmento dos novos incluídos no mercado competitivo, aparecia nas cidades uma enorme massa nacional, composta majoritariamente por brancos oriundos do campo em busca das novas oportunidades. No cenário de progresso do Brasil, as novas chances urbanas colocam-se como ganho em comparação com a situação de miséria anterior desta plebe nacional. É somente abaixo desta classe das massas é que temos a faixa conhecida como “ralé brasileira” – termo usado por Jessé de Souza: formada por negros recém-libertos, mulatos e mestiços de todos os tipos, para quem a nova estrutura social nada alteraria na degradação social sofrida. É nesta forma de exclusão que são criados espaços para lavouras de subsistência e observa-se a formação de favelas nas grandes cidades, destino praticamente certo para indivíduos abandonados pelo Estado. Forma-se, assim, o novo quadro social brasileiro, constituído pela modernização seletiva e desigual.

Segundo Jessé de Souza (idem), não havia chance para o negro competir no novo mercado de trabalho, restando-lhe apenas a escória proletária, o ócio dissimulado ou a criminalidade, como forma de preservar a dignidade de “homem livre” (SOUZA, 2017, p.48). Por fim, os negros perderam qualquer tipo de possibilidade de inserção no novo modelo de mercado, ficando excluídos de classificação social, à margem de qualquer configuração de vida econômica.

Mais de 130 anos após a abolição, a população negra continua marginalizada, fragilizada e sendo alvo de superexploração em diversos âmbitos – sendo em trabalhos formais ou informais. Ano após ano, negros continuam sofrendo preconceito de classe e raça a partir da herança escravocrata de nosso país. É problemático imaginar esse cenário em um país de população, majoritariamente, descendente de negros.

A rotulação dos negros e mestiços agora fica a cargo da polícia e não mais dos capitães do mato. Excluídos e descritos como “raça inferior”, são caçados pelos oficiais e estes têm licença para matar pobres e pretos, concedida pelas classes média, alta e pelo Estado com intuito de higienização das cidades. A solução proposta pela elite é eliminar os “elementos problemáticos”, frutos da própria organização elitista. Segue-se, assim, o ciclo de escravidão moderna, apenas alterando-se os meios de opressão, perseguição e exclusão.

O resumo de todo este processo de exclusão pode ser entendido da seguinte forma: a elite não deixou de torturar, física e psiquicamente, os negros. Humilhação e abandono cotidiano dilaceraram a autoestima e autoconfiança desta parte da população renegada à sociedade. Todas as vezes que estas elites põe as mãos sobre esta situação, aprofunda-se mais e mais a injustiça. Essas mutações nas formas de denegrir a identidade negra estão presentes até hoje e são a real causa dos problemas sociais nacionais.

2.3. A nova onda do conservadorismo

Para Jessé de Souza (idem), a classe média não é uma classe, necessariamente, conservadora e tampouco uma classe homogênea (SOUZA, 2017, p. 76). O primeiro movimento político comandado pelos setores médios no Brasil revela bem essas características, conhecido como movimento tenentista, protagonizado por oficiais militares de baixa e média patente. A partir de 1920, esse movimento já refletia a nova sociedade que se desenvolvia no Brasil, mais urbana e moderna.

O projeto neoconservador brasileiro, ultraliberal, neopentecostal e militarista, estabelece a sua utopia num passado falseado, o Brasil de 40 anos atrás, quando, supostamente, estávamos seguros e livres da corrupção – nas palavras do então candidato à Presidência Jair Bolsonaro³ – referindo-se a um dos períodos mais obscuros e perversos no Brasil, com o golpe de 1964.

Há ainda nesses movimentos conservadores, um forte componente anticomunista, mesmo que o Brasil nunca tenha tido um governo comunista ou mesmo tenha estado sob a ameaça efetiva de um movimento “vermelho”. Ressuscitam o discurso sobre a necessidade de combater os “ativismos”, que teriam hegemonizado as universidades por meio do “marxismo cultural” e seriam responsáveis pela degradação dos valores da verdadeira nação brasileira.

André Singer aponta uma peculiaridade em grupos conservadores, que menosprezam programas sociais e políticas públicas, acreditando em um processo de mérito e lutas individuais para alcançar estabilidade econômica e status social.

Outro elemento desse neoconservadorismo é que, às vezes, se nota entre aqueles que sofreram um processo de ascensão social uma antipatia com os programas sociais. É curioso. É como se essas pessoas se “dessolidarizassem” daquelas que ainda precisam da transferência de renda, compartilhando uma impressão de que o processo de ascensão social decorre do esforço individual. (SINGER, 2012)

³ Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/10/objetivo-e-fazer-brasil-como-era-a-40-50-anos-atras-diz-bolsonaro.shtml>>. Acesso em: 1 jun. 2019.

Nas eleições de 2018, o desempenho expressivo do Partido Social Liberal (PSL), retrata o crescimento do neoconservadorismo no país. O partido saltou de apenas um deputado para a segunda maior bancada, com 52 eleitos, além da ampliação de representantes dos setores militares, evangélicos, ruralistas, frequentemente associados às pautas conservadoras.

O ano de 2018 também foi fatídico para as eleições por conta da disseminação efetiva de fake news, fortalecendo a criação de falsas ideias sobre candidatos e propostas de governo. Neste período, a internet transforma-se em agente disseminador de ideias radicais entre eleitores, sendo retransmitidas, rapidamente, entre bolhas de grupos de internautas.

Para André Singer (idem), o conservadorismo no Brasil tem um fundamento histórico profundo, em que a direita tende a ser o ideal recorrente e estrutural da sociedade (SINGER, 2012). Essa onda conservadora segue apenas a normalidade brasileira, que agora utiliza das redes sociais para demonizar os ideais de esquerda e justificar seus preconceitos. Para o autor,

Os meios de comunicação têm um papel nisso? Certamente. Mas é preciso também considerar que a análise dos meios de comunicação não deve ser feita em bloco; eles não são uma coisa só, há certa heterogeneidade. [Porém,] Partes do sistema de mídia certamente compõem essa primeira onda conservadora que está quebrando a hegemonia cultural da esquerda. (SINGER, 2012)

2.4. A moral evangélica e seu impacto na política brasileira

Para André Singer (idem), a propagação da ideologia neoconservadora pode ser relacionada com o crescimento das confissões evangélicas (SINGER, 2012). Observa-se que as igrejas pentecostais e neopentecostais assumiram um grande poder de convencimento, de formação de opinião e de articulação política.

Há meio século vem acontecendo um crescimento constante da igreja pentecostal no Brasil, sendo a segunda maior religião do país. O avanço deste grupo pode ser visto tanto nos âmbitos religiosos e demográficos quanto na mídia e especialmente na política. Encontramos seguidores pentecostais em todas as classes, incluindo empresários, profissionais liberais, atletas e artistas. A partir de tal visibilidade, o pentecostalismo vem conquistando mais adeptos e firmando sua presença nos cenários mais diversos da sociedade brasileira, fortalecendo e caminhando junto à onda conservadora.

A partir dos anos 1990, o Brasil tem o fundamentalismo religioso como uma das principais forças políticas, com o investimento e interesse da igreja pentecostal com a intenção de eleger seus pastores, no âmbito dos poderes legislativo e executivo. Apesar da denominação “bancada evangélica”, esse grupo político compreende também outros fiéis e religiões, que se

unem em alguns assuntos de cunho conservador e econômico. O fundamentalismo religioso representa um risco à democracia, ao estado laico, a diversidade humana e principalmente aos direitos humanos.

Grupos religiosos neopentecostais têm influenciado cada vez mais as pautas dos poderes legislativos municipais e estaduais assim como do congresso nacional. Portanto, é preciso compreender e entender essas tendências conservadoras. Setores fundamentalistas e extremistas têm dominado os espaços institucionais, tornando cada vez mais complicado e restritivo a validação dos direitos humanos para grupos tidos como “minorias”, tais como mulheres, LGBTQs, fiéis de religiões africanas, movimentos populares que lutam pelo progresso e grupos indígenas. Tanto o fundamentalismo quanto o extremismo cultivam e representam o passado escravocrata e as marcas de racismo presente na sociedade brasileira.

3. Arte, liberdade de expressão e censura

A arte acompanha momentos históricos, políticos e culturais de um país. A partir dela podemos seguir uma linha cronológica e identificar o momento vivido por determinada sociedade, a partir de signos, implícitos ou não, encontrados nas obras. Desde a arte rupestre, os desenhos feitos nas cavernas faziam referência aos elementos reais e imaginários dos grupos sociais daquele período, retratando a vida e o cotidiano.

Na arte contemporânea, mais do que nunca, os trabalhos artísticos apresentam caráter de engajamento identitário e político, não sendo ligada somente ao caráter estético da arte pela arte.

No Brasil, a “arte brasileira” começou a configurar-se após o século XIX, com os processos de construção da identidade nacional, com o surgimento dos primeiros museus, salões e a elaboração do modelo de ensino institucionalizado das artes, com padrões e descendência europeia, em 1816, com a Academia Imperial de Belas Artes, no Rio de Janeiro. Mais adiante, o processo de industrialização e urbanização do país foi acompanhado pela fundação de instituições comprometidas com a modernização e valorização do campo da cultura e das artes, como por exemplo o MASP (1947), o MAM RJ (1948), o MAM SP (1948), o MASC (1948), o MARGS (1954), o Museu de Arte da Pampulha (1957), o MAM BA (1960) e a Bienal de São Paulo (cuja primeira edição ocorreu em 1951).

Nos anos 50, várias iniciativas políticas e econômicas estimularam o desenvolvimento do país e, conseqüentemente, do mercado de arte, entre elas o Programa de Metas de Juscelino Kubitschek (“50 anos em 5”), a criação da Petrobras, em 1954, e o início da construção de Brasília, em 1956. Naquele momento,

São Paulo vivia um período de ebulição econômica e cultural. Surgiram as primeiras iniciativas institucionais direcionadas para a arte moderna, como a criação do MASP (1947), do Museu de Arte Moderna de São Paulo (1948) e da 1ª Bienal de São Paulo, por Ciccillo Matarazzo, em 1951, que colocaram a cidade na vanguarda da produção artística e ampliaram o campo já aberto pelas galerias profissionais. (FIORAVANTE, 2001)

Ainda que esses acontecimentos destaquem o crescimento do cenário artístico e cultural no país, é fundamental identificar as muitas falhas e intervenções indevidas nesse processo e compreender como a insistência nessas falhas prejudicou a relação entre o povo brasileiro e as artes visuais na atualidade. Até a década de 1960, o Brasil apresentava um cenário cultural emergente, abrindo espaço para a produção artística moderna, ainda que o acesso à arte ainda estivesse restrito as elites intelectuais. Porém, este quadro já teria seus dias contados com o golpe militar por vir, em 1964. Após a instauração da ditadura, a virada do conservadorismo ganha ainda mais força com o AI-5, em 1968, boicotando de vez a produção artística da época.

As forças de resistência artística viram-se cercadas por um Estado que usou de formas diretas, violentas, objetivas e, eventualmente, subjetivas para censurar qualquer produção artística que provocasse ou instigasse a formação de opiniões contrárias ao regime. O fechamento de exposições e a imposição da censura aos trabalhos artísticos, era um desincentivo à produção de arte experimental. Os anos de 1965 a 1967 foram marcados pela produção artística, que encontrava caminhos para se expressar como na mostra “Opinião 65” (1965), organizada por artistas do Rio de Janeiro, que tinha a intenção de provocar o público a se posicionar e formar opiniões com relação ao contexto político. Na mostra “Opinião 66” (1966), repetida no ano seguinte e, em 1967, foi marcada pelo movimento “Tropicalista” nas artes, surgido na exposição coletiva “Nova objetividade brasileira”, realizada no Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro.

A *Tropicália* do artista Hélio Oiticica encontrou eco em outras manifestações artísticas do período: no cinema, com Glauber Rocha; no teatro do Grupo Oficina, com o diretor José Celso Martinez Corrêa; na nova música popular criada pelo grupo reunido em torno dos cantores e compositores Caetano Veloso e Gilberto Gil. Guardadas as diferenças existentes entre as diversas artes e a variada produção abrigada sob o rótulo, as produções tropicalistas compartilham o experimentalismo característico das vanguardas com o tom de crítica social. Em todas elas, a mesma tentativa de superar as dualidades arte/vida, arte/antiarte.

Já o ano de 1968, foi marcado pela instauração do AI-5 (Ato Institucional Número Cinco), entendido como o marco que inaugurou o período mais sombrio da ditadura e que

concluiu uma transição que estabeleceu, de fato, um período ditatorial no Brasil. Na visão das historiadoras Lilia Schwarcz e Heloísa Starling, “era uma ferramenta de intimidação pelo medo, não tinha prazo de vigência e seria empregado pela ditadura contra a oposição e a discordância” (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p. 451).

Usada como ferramenta chave, a censura aplicada como artifício de defesa da moral e dos bons costumes, constrói, dissemina e banaliza um modelo de intervenção no mundo onde não há espaço para transgressões e opiniões divergentes, taxando qualquer ideia contrária como subversiva. Essa tática é fundamental para conferir legitimidade e sustentação à ditadura militar.

O controle da produção cultural e artística exercido durante a ditadura militar brasileira (1964-1988) estava inserido em uma longa tradição de censura de costumes, cujo discurso e atuação amparavam-se na defesa dos valores morais e familiares da sociedade. Um dos principais articuladores desse período foi o Ministro da Justiça, Alfredo Buzaid, responsável pelo Decreto-Lei número 1.077/1970, primeiro dispositivo legal, após o golpe de 1964, que permitiu a censura prévia a livros, revistas e quaisquer meios que apresentassem conteúdo ofensivo à “moral e aos bons costumes”. No artigo primeiro,

Não serão toleradas as publicações e exteriorizações contrárias à moral e aos bons costumes quaisquer que sejam os meios de comunicação. (BRASÍLIA. Decreto n. 1.077, de 26 de janeiro de 1970. Diário Oficial da União - Seção 1 - 26/1/1970, p. 577)

É importante salientar que o processo de censura, durante a ditadura militar, não desmotivou a produção artística brasileira, ainda que a classe tenha vivido torturas e até mesmo exílio. O processo traumático serviu de combustível e nova diretriz de questionamento – resultando na criação de novos recursos estéticos e influenciando comportamento dos artistas, escritores, cineastas, dramaturgos e compositores. Nas décadas de 1960 e 1970, parte relevante da produção de arte no Brasil manifestava-se a partir da temática política, tanto para dentro das galerias e instituições quanto para o espaço público.

As práticas censórias que tiveram força nas décadas de 1960 e 1970, ainda surtiam efeito até o final da década de 1980, tendo seu fim marcado somente com a aprovação da Constituição Federal de 1988. Esta ficou conhecida como "Constituição Cidadã", por ter sido concebida no processo de redemocratização política do país, iniciado com o encerramento da ditadura militar no Brasil.

Elaborada por uma Assembleia Constituinte, composta por 559 parlamentares, com diversas crenças políticas e com a participação popular, ela não só restabeleceu a inviolabilidade de direitos e liberdades fundamentais do indivíduo como instituiu uma vastidão de preceitos

progressistas, como a igualdade de gênero, a criminalização do racismo, a proibição total da tortura e direitos sociais como educação, trabalho e saúde para todos. Apesar desses avanços, ainda que exista uma enorme lacuna entre sua teoria e a realidade brasileira atual, que, três décadas depois, continua pobre e profundamente desigual.

Contudo, a herança do conservadorismo não permite que a censura acabe de vez como idealizado na Constituição de 1988, causando uma ideia de falso progresso. Casos isolados não deixaram de acontecer. O período anterior tinha a legitimidade de tais atos censórios, respaldados legalmente e a diferença agora está na forma intrínseca como a censura encontra apoio no sistema.

Considerada “elitista” em razão da dificuldade de acesso e reconhecimento da diversidade cultural, a arte, enquanto forma de produção de saberes, deve abrir caminhos para dialogar com uma população que, há tempos, vem sendo excluída, marginalizada socialmente, culturalmente e afastada de qualquer poder, decisão ou debate sobre os caminhos a serem seguidos no país.

3.1. Censura e repressão às artes na produção artística contemporânea

A partir do *impeachment* da presidente Dilma Rousseff (2016), vivemos no Brasil um processo de intensa polaridade política e de violência entre dois pensamentos extremos, tanto em defesa quanto contra a proposta de afastamento. Em resposta ao posicionamento político de artistas e intelectuais favoráveis a presidente Dilma, o Movimento Brasil Livre (MBL)⁴, entre outros grupos de direita, lançou uma série de notícias falsas sobre os usos e maus usos da Lei *Rouanet* de incentivo a cultura. Travava-se uma batalha antiartística, tendo como preceitos base o anti-intelectualismo, característico dos tempos atuais ao redor do mundo.

O ano de 2017 foi marcado por diversas tentativas de silenciamento. Manifestações artísticas em exposições, teatros e escolas foram questionadas e, em alguns casos, impedidas parcial ou completamente, de acontecerem por ordens judiciais ou por iniciativas de outras ordens. Com isso, retornamos à necessidade de relembrar e explicitar conflitos históricos e sublinhar a conquista por liberdade que até poderia parecer resolvida, mas que retrocede a cada dia de forma alarmante.

⁴ O MBL surgiu no fim de 2014 com a organização de duas manifestações nos estados brasileiros de São Paulo e Rio Grande do Sul em apoio às investigações da Operação Lava Jato. Em 2016, combinou forças com as bancadas evangélica e ruralista do Congresso por uma agenda de reforma trabalhista, ajuste fiscal e redução da maioria penal. O movimento realizou frequentes protestos a favor do impeachment de Dilma Rousseff.

Podemos destacar algumas exposições boicotadas pelos movimentos conservadores de extrema direita, sendo algumas delas: "Queermuseu – Cartografias da Diferença na Arte Brasileira" (Santander Cultural, em Porto Alegre); performance *La Bête*, de Wagner Schwartz ("35º Panorama da Arte Brasileira: Brasil por multiplicação", no MAM de São Paulo); *O Evangelho Segundo Jesus, Rainha do Céu*, de Renata Carvalho (Sesc Jundiaí, em São Paulo e também no Festival de Inverno de Garanhuns); "Faça você mesmo sua Capela Sistina", de Pedro Moraleida (Palácio das Artes em Belo Horizonte); "Cadafalso", de Alessandra Cunha (Museu de Arte Contemporânea, no Parque das Nações Indígenas, em Campo Grande).

A seguir, analisaremos dois dos casos mais profundamente.

4. Casos

A mostra "Queermuseu – Cartografias da Diferença na Arte Brasileira", realizada no Santander Cultural, em Porto Alegre, com curadoria de Gaudêncio Fidelis, reunia cerca de 270 trabalhos de 85 artistas que abordavam a temática LGBTQ, questões de gênero e de diversidade sexual. As obras - que percorrem o período histórico de meados do século XX até os dias de hoje - são assinadas por grandes nomes da arte brasileira como Adriana Varejão, Cândido Portinari, Fernando Baril, Hudinilson Jr., Lygia Clark, Leonilson e Yuri Firmesa.

Mensagens e vídeos compartilhados nas redes sociais por conservadores e movimentos religiosos condenavam a presença, na exposição, da pintura de um Jesus Cristo com vários braços (a obra *Cruzando Jesus Cristo Deusa Shiva*, de Fernando Baril) e imagens de crianças com as inscrições *Criança viada travesti da lambada* e *Criança viada deusa das águas*, da artista Bia Leite. O Movimento Brasil Livre (MBL) tomou a frente nas manifestações, pedindo o encerramento da exposição, além de organizar um boicote ao banco Santander.

O Santander Cultural havia anunciado a abertura da mostra com satisfação e já indicava a iniciativa inédita de propor um diálogo com a diversidade de gênero, conforme release da exposição, divulgada no *Facebook* e evento oficial da exposição. Para a instituição,

Trata-se de uma iniciativa inédita que explora a diversidade de expressão de gênero e a diferença na arte e na cultura em períodos diversos. O Santander valoriza a diversidade e investe em sua unidade de cultura no Sul do País para que ela seja contemporânea, plural e criativa. (RODRIGUES, 2017)

A performance *La Bête*, de Wagner Schwartz (Figura 1), apresentada na abertura do "35º Panorama da Arte Brasileira", no Museu de Arte Moderna de São Paulo (2017), foi alvo de ataques do MBL e de outros movimentos conservadores de extrema direita. Nesta

performance, o artista se apresenta nu junto de uma réplica plástica de uma esculturas da artista Lygia Clark e “permite a articulação das diferentes partes do seu corpo através de suas dobradiças”, segundo o artista. Por meio deste trabalho, Wagner Schwartz se transforma-se numa espécie de escultura performática, que requer a interação do público.

As séries de debate em torno de vídeos e fotografias que registraram a performance, mostram uma menina de menos de cinco anos, interagindo com o artista nu. A partir da veiculação desses registros, fora de contexto, surgem acusações de pedofilia, intimidação e inadequação pelas redes sociais, acusando a instituição e o artista de infratores e pedófilos.

Figura 1: imagem veiculada na internet para mostrar o toque da criança no artista Wagner Shwartz, durante a performance realizada no MAM-SP



Autor desconhecido (setembro de 2017). Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/entretenimento/stf-veta-conducao-coercitiva-do-artista-da-performance-do-mam>> Acesso em: 25 mai. 2019.

4.1. Reações

Quando grupos intelectuais percebem a força desta onda conservadora que se armava contra a arte, seu sistema, suas instituições e os próprios artistas, os agentes culturais começaram a se organizar em grupos de discussão e articulação coletiva, política e jurídica. Em uma só semana, dezenas de grupos de conversa foram abertos em aplicativos de mensagem e outras dezenas de grupos presenciais iniciaram seus encontros. Durante algum tempo houve programação permanente de reuniões – artistas, músicos, atores, escritores, curadores, diretores de instituições, produtores, jornalistas, arquitetos, professores, estudantes, militantes, advogados, empresários, juristas e todos os interessados pensando, juntos, em formas de resistência estratégica, reação e invenção contra os ataques ao sistema da arte por movimentos

moralistas de direita e, principalmente, fundamentalistas evangélicos. Para Bernardo Mosqueira (2019),

Foi interessante perceber pessoas de gerações distintas com crenças e atuações profissionais muito diferentes, e até mesmo com desavenças e inimizades históricas, lutando lado a lado. Num sistema da arte tão marcado pelo paradigma da escassez, pela competição, pelo ressentimento, pela falsidade, pela oposição violenta e gratuita e pela intriga, foi bom ver uma aproximação geral e viver a utilização coletiva do paradigma da abundância. Apesar do momento de grave crise, estávamos todos no mesmo barco, ainda que naufragante. Dos movimentos promovidos por articulações e grupos então formados em todas as grandes cidades brasileiras, destacamos a manifestação contra a censura em Porto Alegre, o 342Artes, o CensuraNuncaMais, a Frente Nacional contra a Censura, o Cólera Alegria e a Carta das Instituições. (MOSQUEIRA, 2019, p. 166)

O fato ocorrido na exposição “Queermuseu – Cartografias da Diferença na Arte Brasileira”, resultou em um empoderamento da classe artística em relação aos pedidos de censura, organizados pelos setores conservadores da população gaúcha, incluindo os movimentos de direita, evangélicos e governantes. A classe artística uniu-se a ativistas LGBTQ, em luta organizada e determinada ao longo dos últimos anos, contra pressões da nova direita a partir de ideias retrógradas, homofóbicas e preconceituosas (Figura 2).

Figura 2 - Manifestantes protestam contra o cancelamento da exposição "Queermuseu - Cartografia da Diferença na Arte Brasileira", em frente ao Centro Cultural Santander, no centro de Porto Alegre.



Fotografia de Cau Guebo; Estadão Conteúdo (12 set. 2017). Disponível em: <<https://cultura.estadao.com.br/blogs/radar-cultural/manifestantes-protestam-contr-a-queermuseu/>> Acesso em: 25 mai. 2019.

O Santander Cultural cedeu à pressão popular e optou por encerrar a exposição, pedindo desculpas a todos que se sentiram ofendidos por alguma obra que fazia parte da mostra.

Ouvimos as manifestações e entendemos que algumas das obras da exposição “Queermuseu” desrespeitam símbolos, crenças e pessoas, o que não está em linha com a nossa visão de mundo. Quando a arte não é capaz de gerar inclusão e reflexão positiva, perde seu propósito maior, que é elevar a condição humana. (Santander Cultural, 2017)

O ator Antonio Grassi, ex-presidente da Fundação Nacional de Artes e atual diretor executivo do Instituto Inhotim (Minas Gerais), disse ao jornal *El País* achar lamentável que uma exposição seja interrompida dessa forma. Para ele,

A arte é o melhor lugar para debater. Eu vejo como preocupante esse tipo de movimento que impulsiona esse tipo de intransigência com o debate. Essas ideias de intolerância são incompatíveis com a arte. É uma censura. (GRASSI, 2017)

Rebatendo as críticas dos grupos artísticos e intelectuais, Kim Kataguiri, um dos líderes do MBL (hoje, Deputado Federal pelo Partido Democratas), disse nas redes que a sociedade brasileira mobilizou-se para repudiar a exposição e o banco, com medo de perder clientes, cancelou a mostra. "Isso é um boicote que deu certo, não uma censura" (KATAGUIRI, 2017), escreveu. Kataguiri também publicou uma foto da obra *Cena de Interior II*, da artista Adriana Varejão para alegar que 800 mil reais de dinheiro público, através da Lei *Rouanet*, haviam sido investidos em exposição para crianças verem pedofilia e zoofilia.

Membros da classe política partidária brasileira, também se manifestaram. O então deputado Jair Bolsonaro (PSC-RJ) chamou os envolvidos na performance de Wagner Schwartz de "canalhas" e categorizou a atividade como "pedofilia". O deputado Marco Feliciano (PSC-SP) considerou as cenas "revoltantes" e os envolvidos "destruidores da família".

Em nota, o MAM se pronunciou sobre o caso, sensibilizado com a forte repercussão negativa e reafirmando seu posicionamento contra o boicote dos grupos conservadores. Para a instituição,

As referências à inadequação da situação são resultado de desinformação, deturpação do contexto e do significado da obra. O Museu lamenta as interpretações açodadas e manifestações de ódio e de intimidação à liberdade de expressão que rapidamente se espalharam pelas redes sociais. A instituição acredita no diálogo e no debate plural como modo de convivência no ambiente democrático, desde que pautados pela racionalidade e a correta compreensão dos fatos. (MAM - Museu de Arte Moderna de São Paulo, 2017)

Em janeiro de 2018, foi firmado um compromisso entre o Santander Cultural junto ao Ministério Público Federal, que apurou prejuízos à liberdade de expressão pelo encerramento antecipado da mostra artística. O compromisso firmado prevê a realização de duas novas exposições sobre temas de diferença e diversidade na ótica dos direitos humanos – sendo que uma delas deve abordar a questão da intolerância, e a outra tratará sobre o empoderamento das mulheres na sociedade contemporânea, informa o órgão. "Ambas as temáticas são altamente relevantes nos dias de hoje", reforçou o procurador regional dos Direitos do Cidadão (PRDC), Enrico Rodrigues de Freitas.

Enquanto isso, o artista Wagner Schwartz teve o arquivamento da investigação uma vez que foi constatado que as imagens divulgadas na imprensa não apresentam qualquer conotação sexual: "A mera nudez do adulto não configura pornografia, eis que não detinha qualquer contexto erótico", destacou a Procuradora da República Ana Letícia Absy, responsável pelo procedimento investigatório, em seu pedido de arquivamento. "O toque da criança não configurou qualquer tentativa de interação para fins libidinosos", afirmou. Segundo ela, as imagens não se enquadram no art. 241-A do Estatuto da Criança e do Adolescente, que configure o crime de divulgação de pornografia infanto-juvenil, de acordo com o texto divulgado pelo Ministério Público Federal (MPF).

4.2. Opinião pública sobre arte contemporânea

Não é raro encontrar opiniões acerca dos episódios "Queermuseu" e *La Bête* na internet. No trecho a seguir, o internauta apresenta sua opinião na página do JusBrasil, numa matéria sobre o arquivamento da investigação de Wagner Schwartz.

Depois de 2003 com o PT no poder o que é errado passou a ser certo. E com isso o país foi dominado pela bandidagem e imoralidade, eu duvido que um desses juízes que julgaram "aquilo" normal deixaria um filho ou um neto deles participarem de um ato semelhante. É brincadeira! (PINHEIRO, 2018)

Sobre *La Bête*, o MBL divulgou um vídeo nas redes sociais em que chama a apresentação de "repugnante", "inaceitável", "erotização infantil", "afrota", "crime", e afirma que a criança "se sentiu constrangida". O grupo acrescenta que o vereador Fernando Holiday (DEM-SP) vai "tomar as providências sobre o caso da criança induzida a ato libidinoso".

Os grupos que arquitetavam esse movimento contra arte se valiam da fé e da ferocidade online tanto dos evangélicos (que já constituem quase 25% da população nacional) quanto da direita radical, recentemente empoderada e reforçada pelo golpe de

2016. A fim de manobrar esses enormes grupos de *haters*, o MBL, a bancada evangélica e outros grupos conservadores manipulavam as informações em postagens nas mídias sociais com seus perfis oficiais e com o uso de *bots* de maneira a incitar a indignação, por meio da legendagem falsa, da descontextualização ou simplesmente da mentira, em derivações do uso das *fake news*, sempre buscando a construção do ódio, a ser conjugado com o messianismo. A crise que vivemos em 2017 com as censuras e ameaças de cerceamento da liberdade de expressão tinham, portanto, o sistema da arte como objeto, mas as eleições de 2018 como objetivo. (MOSQUEIRA, 2019, p. 173)

Os ataques são resultado da pobreza cultural e o analfabetismo visual, de um desencontro entre o que é mostrado e o que é compreendido. Ao se basear em um entendimento literal da situação (no caso, obra artística), o observador mal instruído não consegue separar a imagem do homem nu de uma imagem com conotação sexual ou libidinoso. Estes agentes repressores à arte, aos artistas, às instituições culturais e seus frequentadores, deturpam as conexões entre aquilo que é visto e o que é vivido, ou entre representação de algo e esse algo representado.

É perturbador perceber que em um mundo cada vez mais mediado por imagens, estas, progressivamente, percam seu poder de se afirmar como invenção de narrativas, sendo entendidas não como mediações entre o sujeito e o que ele vive, mas como espécies de absurdas extensões do real. É potencialmente perigoso em nossa sociedade, onde a vida virtual ganha cada vez mais importância, indivíduos com ideais radicais disseminarem suas opiniões conturbadas, com base em “achismos”, sem apuração dos fatos ou checagem de informações. Assim, vai se configurando uma legião de vozes de ódio com seguidores virtuais, tendo suas opiniões transmitidas ao mundo real, se propagando num abismo sem fim.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nas pesquisas realizadas, a onda conservadora vem ganhando força pautada numa defasagem histórica, tendo como principal herança um passado escravocrata sob comando da elite e de sua conduta acerca da manutenção de seus privilégios.

O Estado, em muitos âmbitos, ainda se estrutura apoiado e aliado aos interesses da elite política e econômica, que marginaliza, exclui, abandona e ignora as minorias, cultivando os mesmos modelos de classe instituídos no país desde sua colonização. As raízes históricas estão, intrinsecamente, relacionadas ao atual modelo econômico e político da sociedade brasileira, ainda que numa nova roupagem. O poder que se passou a ter no Brasil, de forte caráter elitista, partindo do próprio Estado, enfraquece o interesse público e os direitos sociais.

Observamos também que este passado escravocrata foi o motor responsável pela acentuada desigualdade social, dificultando o acesso ou o contato com as artes visuais, mantendo um abismo entre os agentes de perpetuação das artes (artistas, curadores, monitores, diretores de instituições culturais, produtores, etc) e a população.

Ao analisar o histórico de censura durante a ditadura militar (1964-1985), vemos que a onda conservadora continua trilhando seu caminho através de ideologias de cunho moral, religioso e intolerante à diversidade, resultando em atos de censura como nas exposições citadas no artigo, ainda nos dias de hoje.

A ditadura militar foi um momento, intensamente, sombrio e de perseguição à artistas e intelectuais que discordavam e se impunham diante da barbárie imposta, que seguia a lógica do chumbo, do porrete e da tortura, que aconteciam nos porões do regime militar no país.

A arte ameaça o neoconservadorismo por evidenciar problemas no sistema tradicional, fazendo críticas pautadas pelos desequilíbrios na formação econômica, social e política da sociedade brasileira. Fazendo-se pensar em novas alternativas de inclusão ao acesso do povo, que sofre com as barreiras impostas e inerentes da sociedade, a arte contemporânea deve passar por obstáculos de compreensão para poder continuar a existir, instigar e provocar a formação de pensamento crítico.

A arte deve promover o debate, propiciar a formação de pensamentos e servir de meio para a construção de novas sensibilidades, de diferentes formas de apreensão do mundo sensível, social e político. Enquanto houver desequilíbrio social, a arte, inevitavelmente, irá manter seu caráter contestador e de resistência.

6. REFERÊNCIAS

BALDEZ, Coryntho. **O que está por trás da censura à arte no Brasil**. Disponível em: <<https://xn--conexo-7ta.ufrj.br/artigos/o-que-esta-por-tras-da-censura-arte-no-brasil>>. Acesso em: 25 mai. 2019.

BRASÍLIA. Decreto n. 1.077, de 26 de janeiro de 1970. Diário Oficial da União - Seção 1 - 26/1/1970, pg. 577. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1970-1979/decreto-lei-1077-26-janeiro-1970-355732-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 12 mai. 2019.

CASTRO, Felipe. **Precisamos falar sobre o (neo)conservadorismo no Brasil**. Disponível em: www.justificando.com/2018/11/06/precisamos-falar-sobre-o-neoconservadorismo-no-brasil/ Acesso em: 2 abr. 2019.

DIAS, J. CAVALCANTI, J. KEHL, M. PINHEIRO, P. DALLARI, P. CUNHA, R. **Relatório da Comissão Nacional da Verdade**. Disponível na Internet via

Submetido em Janeiro de 2019, Aprovado em Fevereiro de 2019, Publicado em Maio 2019

<http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=571>. Acesso em: 2 abr. 2019.

DUARTE, Luisa. **Arte, Censura, Liberdade – Reflexões à luz do presente**. Rio de Janeiro (RJ). Editora Cobogó. 1ª Edição. 2018.

EDUQC CONSULTORIA. **Lembra da polêmica performance *La Bête*? MPF descarta pornografia infantil em performance do MAM**. Disponível em: <<https://qualconcurso.jus-brasil.com.br/noticias/548050521/lembra-da-polemica-performance-la-bete-mpf-descarta-pornografia-infantil-em-performance-do-mam>>. Acesso em: 25 mai. 2019.

FIORAVANTE, Celso. **O marchand, o artista e o mercado** Disponível em: <http://www.forumpermanente.org/event_pres/exposicoes/arte-contemporaneo-arco/artigos-relacionados/o-marchand-o-artista-e-o-mercado>. Acesso em: 2 mai. 2019.

GIELOW, Igor. **Objetivo é fazer Brasil semelhante ao que 'era há 40, 50 anos', diz Bolsonaro**. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/10/objetivo-e-fazer-brasil-como-era-a-40-50-anos-atras-diz-bolsonaro.shtml>>. Acesso em: 1 nov. 2018

GOBBI, Nelson. **Em nota a clientes, Santander explica encerramento de mostra LGBT em Porto Alegre**. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/cultura/artes-visuais/em-nota-clientes-santander-explica-encerramento-de-mostra-lgbt-em-porto-alegre-21807901>>. Acesso em: 25 mai. 2019.

JINKINGS, I; DORIA, K; CLETO, M. **Por que gritamos golpe?** São Paulo (SP) Editora Boitempo. 1ª Edição. 2016.

MENDONÇA, Heloísa. **Queermuseu: O dia em que a intolerância pegou uma exposição para Cristo**. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2017/09/11/politica/1505164425_555164.html>. Acesso em: 25 mai. 2019.

MITRANI, Giovanna. **Entenda a polêmica da performance de Wagner Schwartz no MAM**. Disponível em: <<http://www.infoartsp.com.br/noticias/entenda-a-polemica-da-performance-de-wagner-schwartz-no-mam/>>. Acesso em: 25 mai. 2019.

RODRIGUES, Deco. **Exposição “Queermuseu – Cartografias da Diferença na Arte Brasileira” em Porto Alegre**. Disponível em: <<http://ecult.com.br/eventos/exposicao-queer-museu-cartografias-da-diferenca-na-arte-brasileira-em-porto-alegre>>. Acesso em: 19 jul. 2020.

SAFLATE; Vladimir. **Quem somos nós, nova direita**. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=VC6tITfhsGU>>. Acesso em: 20 mai. 2019.

SANTA ROSA, Nereide e Tatiane. **Arte contemporânea no Brasil**. Rio de Janeiro (RJ). Editora Pinakotheke. 1ª Edição. 2015.

SCHWACZ, L; STARLING, H. **Brasil: uma biografia**. São Paulo (SP). Editora Companhia das Letras. 1ª Edição. 2018.

SCHWARTZ, Wagner. **La Bête**. Disponível em: <<https://www.wagnerschwarz.com/la-b-te>>. Acesso em: 25 mai. 2019.

SINGER, André. **Novas expressões do conservadorismo brasileiro**. Disponível em: <<https://diplomatie.org.br/novas-expressoes-do-conservadorismo-brasileiro/>>. Acesso em: 5 mai. 2019.

SOLANO, Esther. **O ódio como política**. São Paulo (SP); Editora Boitempo. 1ª Edição. 2018.

SOUZA, Jessé. **A elite do atraso**. São Paulo (SP) Editora Leya. 1ª Edição. 2017.

TERTO, Amauri. **A resposta do Santander Cultural após cancelar exposição queer em Porto Alegre**. Disponível em: <https://www.huffpostbrasil.com/2017/09/11/a-resposta-do-santander-cultural-apos-cancelar-exposicao-queer-em-porto-alegre_a_23204315/>. Acesso em: 25 mai. 2019.